



UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE VITÓRIA E SERRA – ES.

Jacqueline Malacarne Mendonça¹

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho estão em curso na sociedade capitalista desde meados da década de 70, quando um outro modo de acumular foi requisitado pelo grande capital. Essas mudanças nas relações de trabalho afetam todas as profissões inseridas na divisão sócio-técnica do trabalho, inclusive o Serviço Social que sente os reflexos da Reforma do Estado, pois tem nele sua maior fonte de empregos. Nesse artigo serão apresentados os resultados de uma análise preliminar do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais nas Instituições Públicas Municipais de Vitória e Serra – ES.

Palavras-Chave: mercado de trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

The transformations in the world of the work are in course in the capitalist society since middle of the decade of 70, when one another way to accumulate was requested by the great capital. These changes in the work relations affect all the inserted professions in the division partner-technique of the work, also the Social Work that feels the consequences of the Reformation of the State, therefore have in it its bigger source of jobs. It will be present in this article the results of a preliminary analysis of the market of work of the Social Workers in the Municipal Public Institutions of Vitória and Serra – ES.

Key words: work market; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa “O mercado de trabalho dos Assistentes Sociais na Grande Vitória e a repercussão sobre as Políticas Sociais”. Sendo financiado pelo Cnpq, por meio de bolsa de Iniciação Científica, e pelo CRESS – ES.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais nas instituições públicas municipais da região Metropolitana de Vitória e sua relação com as transformações que ocorreram na sociedade brasileira após os anos 1990 e sua repercussão sobre as políticas sociais. Porém, no presente artigo serão apresentadas apenas a discussão teórica sobre o trabalho e os dados empíricos sobre a inserção no mercado de trabalho dos municípios de Vitória e Serra.

¹ Doutora em Serviço Social (PUC/SP).Graduanda-5º período da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Estudante aluna de Iniciação Científica – Cnpq.

A pesquisa é de cunho exploratório, pois a partir da coleta de dados partiremos para uma compreensão das tendencialidades da inserção dos Assistentes Sociais retornando à bibliografia utilizada e refazer o movimento da totalidade social expressa no método crítico-dialético. Isso só será possível por meio das mediações que permitem a ultrapassagem do singular para o particular e deste para o universal. Essas variáveis de explicação (conexão) são categorias que existem no real e o explicam.

O nosso estudo empírico baseia-se em pesquisa documental, bibliográfica e de legislação. Para uma primeira aproximação do tema foram realizadas entrevistas com os gestores da área de Assistência Social dos referidos municípios. Ao mesmo tempo, foram enviados ofícios às secretarias de Recursos Humanos e Administração para requerer informações sobre os assistentes sociais alocados nas prefeituras, tais como: número de assistentes sociais da instituição, vínculo empregatício, salário, alocação nas secretarias e jornada de trabalho.

Para compreensão dos dados recolhidos, optamos pelo método crítico-dialético, pois entendemos que ele oferece maior suporte para contemplarmos as questões que a pesquisa se propõe a analisar.

Para que haja uma melhor compreensão sobre as condições de trabalho do profissional de Serviço Social, faz-se necessário tomar como referência e como ponto de partida, a discussão sobre o trabalho. Observa-se hoje uma discussão latente sobre essa temática, pois há várias visões a esse respeito.

Para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social, ou seja, é ele que permite o desenvolvimento de mediações (sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade) que fazem com que o ser social se diferencie de outros seres da natureza (BARROCO, 2006).² Dessa maneira, o trabalho na teoria de Marx, cumpriria uma função fundamental para o homem na sociedade. Segundo Lessa (2002), as atividades que surgem no cotidiano do homem são dirigidas para suprir as necessidades que brotam no desenvolvimento das relações dos homens entre si na vida social, e se articulam sempre ao trabalho. Essa concepção de trabalho vem ratificar a idéia de Marx acima citada. Mas, segundo Nakatani, outras teorias apontam a descentralidade do trabalho (surgida em aproximadamente 1970) o que é objeto de muitos debates³. Entretanto, partimos do princípio de que o trabalho assalariado é, ainda, a fonte da riqueza e também do valor, sendo central para o modo de produção capitalista. É por meio do trabalho que o homem configura-se como ser humano e humaniza a natureza concomitantemente (NAKATANI, s/d). A concepção de sujeito como ser social coloca uma finalidade à sua atividade, ao seu

² A constituição da sociabilidade é um processo no qual todos os elementos forma-se simultaneamente através do trabalho (NAKATANI, s/d, p. 4).

³ A idéia da descentralidade do trabalho não será discutida aqui.

trabalho. Como disse Nakatani, “a causalidade natural é subsumida à teleologia posta pelo sujeito” (s/d, p. 4). Também Lessa (2002) comunga dessa concepção, afirmando que em todo ato humano, aquele ser social consciente realiza esse movimento pela mediação da objetivação.

Para Lessa (fundamentado nas concepções de Lukács), o trabalho é “a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social” (2002, p. 27). Sendo assim, pode ser entendido como categoria fundante do mundo dos homens, ou seja, o próprio trabalho é uma categoria social, não podendo haver existência social sem trabalho. No intercâmbio entre o homem e a natureza, o trabalho é uma categoria que difere do trabalho abstrato produtor de mais-valia (LESSA, 2002).

Segundo Antunes (1999, p. 79 a 83), a distinção entre trabalho abstrato e concreto é um fenômeno que tem dupla dimensão. Ele acredita que a crise da sociedade do trabalho é a do trabalho abstrato (parte da vida cotidiana, forma de atividade estranhada, fetichizada, voltada para a produção de valores de troca) e não do concreto (atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana, voltada para a produção de valores de uso). O autor vê o trabalho como criador de coisas socialmente úteis e que (auto) transforma seu criador, sendo capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada que tem um estatuto ontológico central na práxis social.

A partir de meados de 1970 a sociedade vem sofrendo significativas mudanças nas relações de trabalho e nos processos produtivos. Essas mudanças se articulam às grandes alterações no padrão de industrialização fordista. As respostas dadas pelo capital a essas crises foram a globalização e a reestruturação produtiva, gerando sérias conseqüências para o mundo do trabalho como o desemprego estrutural e a precarização desse mesmo trabalho (desregulamentação). No Brasil, essas mudanças se aprofundaram nos anos 90 (MOTA, 2000, ANTUNES, 1999 e 2005).

Para Mota (2000, p. 31) o que verdadeiramente está em jogo “[...] é um conjunto de transformações – de ordem técnica e, principalmente, política – que viabilizem novas condições de acumulação.” Ou seja, que viabilizem novas modalidades de organização do trabalho para que aquelas novas formas de acumulação sejam objetivadas com êxito.

Essas novas modalidades configuram um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gerência e consumo da força de trabalho, que provocam também “[...] impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho” (MOTA, 2000, p. 24). Essas transformações em curso na sociedade do trabalho são referenciadas pelas novas condições de acumulação do capital, ou seja, a acumulação flexível (HARVEY, 2003). O processo de reestruturação produtiva abarca um conjunto de mudanças sociais, econômicas, políticas e institucionais que transversaliza o mundo do trabalho e dos homens.

A acumulação flexível (toyotismo) se choca com aquele padrão rígido do fordismo, forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX (aproximadamente de 1920 a 1970).

Todas as transformações no mundo do trabalho afetam todo e qualquer tipo de profissão assalariada e inserida na divisão sócio-técnica do trabalho a partir do momento em que se pensam os direitos flexíveis (força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor); redução do quadro de funcionários (desemprego estrutural), diminuição da classe operária industrial tradicional; ampliação do assalariamento no setor de serviços; significativa heterogeneização (incorporação do contingente feminino) do trabalho, subproletarização intensificada (expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”); enfraquecimento dos sindicatos ou mesmo reivindicações focais e imediatistas, aumento das funções e da exploração da força de trabalho, exigência de um novo tipo de homem envolvido e comprometido com o lucro da empresa (“cooptado” como diz ANTUNES, 1999, p. 34). Indubitavelmente, esses elementos citados, presentes na vida moderna, exercem papel fundamental no mundo do trabalho. O processo de “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” são exemplos deste “múltiplo e contraditório processo em curso no mundo do trabalho”.

O assistente social como sujeito profissional está imerso naquelas condições postas pelo modo de produção atualmente vigente. Iamamoto ressalta que:

Ao produzir profundas modificações na divisão social e técnica do trabalho, esse processo, hoje sob hegemonia do capital financeiro, vem mudando o perfil do mercado de trabalho, as funções e atribuições profissionais, alterando as formas consagradas de produção e de gestão do trabalho, introduzindo mudanças nas demandas, requisitos de qualificação e atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2006, p. 109 e 110).

É ainda de suma importância que identifiquemos como se dão essas transformações no mundo do trabalho no setor público (Estado), pois até o momento discorremos esse processo no âmbito da empresa, sabendo que ele ocorre também na esfera estatal.

O Serviço Social não está alheio a todas as transformações elencadas anteriormente. A profissão está permeada pela polivalência (desespecialização), terceirização, subcontratação, queda do padrão salarial, ampliação de contratos de trabalho temporários e desemprego que são elementos constitutivos da própria feição atual do Serviço Social (IAMAMOTO, 2006). Isso foi possível, em larga escala, devido às profundas mudanças na esfera do Estado sustentadas pelas “políticas de ajuste” requisitadas pelo Consenso de Washington. Num contexto recessivo (crise fiscal), reduzem-se as possibilidades de financiamento dos serviços públicos do mesmo modo acontece o

“enxugamento” dos gastos do governo, ditados pelos ditames neoliberais (IAMAMOTO, 2006). lamamoto compreende que isso tudo faz com que haja uma transferência de iniciativas para o atendimento das seqüelas para a sociedade civil, comprometendo, dessa forma, o mercado profissional de trabalho e também o acesso irrestrito aos serviços sociais. A autora ainda ressalta a “filantropia do grande capital” (solidariedade social) que é resultado de um processo de privatização dos serviços públicos, que destrói a garantia da universalidade do acesso às políticas sociais públicas de qualidade prevista na Carta Constitucional de 1988. O que se percebe é a “[...] subordinação do atendimento das necessidades à lógica do mercado” (IAMAMOTO, 2006, p. 44). Como o Serviço Social tem no Estado o seu maior empregador, todas as transformações no mundo do trabalho e a destruição da esfera pública afetam objetivamente as condições de trabalho do profissional de Serviço Social.

O trabalho do profissional de Serviço Social está direcionado hoje para a execução, formulação e gestão de políticas sociais. Sendo precárias as condições de trabalho do assistente social, esse ator deve ser, como diz lamamoto (2006), propositivo e criativo para poder compreender e ultrapassar a realidade que é colocada: corte nos gastos sociais, desemprego, desmonte da legislação trabalhista, privatização dos órgãos do Estado (local em que se dá a autonomia profissional).

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA E SERRA: uma aproximação à realidade.

Os dados que serão apresentados a seguir são uma primeira aproximação à realidade, pois o método crítico-dialético opera por aproximações sucessivas ao real. Eles serão organizados a partir das entrevistas realizadas com os gestores da pasta da Assistência Social e das respostas dos ofícios encaminhados às Secretarias de Recursos Humanos e Administração.

As tabelas 01 e 02 são produtos dos ofícios destinados às Secretarias de Administração e Recursos Humanos, sendo possível ter uma noção preliminar da totalidade que permeia as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social.

Tabela 1 – Tipo de contratação

Vínculo Empregatício	Vitória		Serra	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Efetivos / estatutários	69	38,9%	65	91,5%
Contratados	105	59,3%	2	2,8%
Celetistas	1	0,5%	4	5,6%
Cedidos	2	1,1%	0	0%
Total	177	100%	71	100%

Analisando a tabela pode-se perceber que em Vitória predominam as contratações temporárias, 59,3%, demonstrando que a proposta neoliberal foi implementada. Já se olharmos, por esse quadro, o município de Serra, apresenta a grande maioria, 91,5% de efetivos, mas isso é resultado de parcerias com ONGs, baseada, também no neoliberalismo.

Tabela 2 – Carga horária e salário

Carga Horária	Vitória		Serra	
	30 h	40 h	Contratados e seletistas*	Efetivos / estatutários*
Salário	R\$ 1.278,72	R\$ 1.772,93	R\$ 1.190,30	R\$ 1.295,08

* Ambos realizam 30 horas semanais.

Quanto ao salário, vê-se que não há uma diferença salarial entre Vitória, que varia de acordo com a carga horária, e em Serra e que há uma pequena diferença de salário entre os contratados/ celetistas e entre os efetivos e estatutários. Porém, sabe-se que a diferença na forma de contratação diz respeito aos direitos que os diferentes regimes de trabalho garantem ao trabalhador. Como bem ressaltamos anteriormente, as mudanças no mundo do trabalho não ocorreram apenas na esfera empresarial, mas também na esfera estatal, o que levou ao enfraquecimento dos direitos e à desregulamentação do mundo do trabalho.

3 CONCLUSÃO

Percebe-se que há um grande número de assistentes sociais em situação de contrato temporário no município de Vitória (pesquisa documental). No município de Serra utiliza-se a pareceria com outras instituições, portanto, há contratos efetivos e celetistas. Isso nos leva a uma conclusão provisória de que o processo de flexibilização das relações de trabalho foram incorporadas nos três municípios e que no município de Serra a lógica do repasse de responsabilidades para a sociedade civil também foi incorporado. Assim, todos seguem a ótica neoliberal.

Para uma análise do salário seria necessário fazer uma série histórica dos salários recebidos, o que não foi possível, bem como comparar com os salários de outros estados, o que também não foi possível. Quanto às condições de trabalho, percebe-se pela fala dos gestores algumas contradições, assim acreditamos que ao entrevistar os assistentes sociais poderemos aprofundar esse aspecto. Porém, percebe-se que há vários

problemas de infra-estrutura que incidem sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Acreditamos que essas conclusões preliminares serão aprofundadas na continuidade da pesquisa, pois a aproximação ao real se dá por “aproximações sucessivas”, própria do método crítico-dialético. A próxima etapa da pesquisa será a aplicação de um questionário com os assistentes sociais para analisar a relação entre as condições de trabalho e a repercussão sobre as políticas sociais. Buscamos apresentar uma primeira aproximação aos dados, o que nos possibilitou elevar do abstrato ao concreto, buscando as determinações gerais que incidem sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais da Grande Vitória, não como uma realidade em si, mas decorrente de um processo que se organiza a partir da forma dominante do capitalismo contemporâneo e da centralidade do trabalho no processo social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, M^a Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. (org.). **A Nova Fábrica de Consensos.** Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

NAKATANI, Paulo. **A Questão Metodológica na Discussão Sobre a Centralidade do Trabalho.** S/d.